# Abstract

In the last years the regulations for pension plans membership became more flexible and most members have now the possibility to move from a scheme to another, according to their personal and financial needs. This means members are able to move their accumulated pots through a transfer, and this usually happens from a Defined Benefit (DB) to a Defined Contribution (DC) scheme. The option to transfer is justified because DC schemes are characterized by more freedom regarding the way benefits are collected and sometimes more control on the way the money is invested - although the member will take on the investment risk, the longevity risk and the income management risk. Transfers are a complex procedure from the actuarial point of view: trustees need to calculate the lump sum to be provided to the member leaving the scheme, a task performed with the assistance of actuaries, who are asked to set the economic and demographic assumptions required for the calculation. This work is a result of an internship at the Lisbon Service Center of Willis Tower Watson, where I have been involved in the UK pension fund valuation process, with the objective of projecting the future liability of schemes. Legislation imposes that UK firms must perform valuations of the schemes at least every three years, given the importance, both for members and clients, of knowing their funding position and financial situation. Transfers are expected to increase the liability in the short run, because of the lump sums that need to be paid. Once the liability projection is obtained, it is possible to give a feedback on how schemes should manage investments on assets.

KEYWORDS: Pension Schemes, Transfers, Defined Contribution, Defined Benefit, Assets and Liabilities, UK.

# Resumo

Nos últimos anos, as regras de adesão aos planos de pensões no Reino Unido tornaram-se mais flexíveis e a maioria dos membros passou a ter a possibilidade de mudar de um plano para outro, de acordo com as suas necessidades pessoais e financeiras. Isto significa que um dado membro, se assim o desejar, pode transferir o valor acumulado das contribuições feitas em seu favor para um outro fundo. Normalmente a transferência é de um plano de Benefício Definido (BD) para um plano de Contribuição Definida (CD). A opção de transferir é justificada sobretudo pelo facto de os planos CD serem mais flexíveis na forma como os benefícios são recebidos e, às vezes, permitirem um maior controlo do membro sobre a forma como o dinheiro é investido - embora com a contrapartida de que passará a assumir o risco do investimento, o risco de longevidade e o risco de gestão do benefício. As transferências são um procedimento complexo do ponto de vista atuarial: os administradores precisam de calcular o montante que deve ser entregue ao membro que sai, uma tarefa realizada com a assistência do atuário do plano, que tem que definir os pressupostos económicos e demográficos necessários para o cálculo. Este trabalho resulta de um estágio no Lisbon Service Centre da Willis Tower Watson, onde estive envolvido no processo de avaliação de fundos de pensões do Reino Unido, com o objetivo de projetar as responsabilidades futuras dos planos. A legislação impõe que as empresas do Reino Unido realizem avaliações, pelo menos, a cada três anos, dada a importância, tanto para os membros como para as empresas, de conhecer o respetivo nível de financiamento e a situação financeira, em geral. No que diz respeito às transferências, espera-se que estas aumentem o passivo, no curto prazo, devido aos elevados pagamentos que envolvem. Mas, uma vez obtida a projeção destes montantes, é possível planear em conformidade a forma como devem ser feitos os investimentos em ativos.

PALAVRAS-CHAVE: Planos de Pensões, Transferências, Contribuição Definida, Benefício Definido, Ativos e Passivos, Reino Unido.